



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**A cachaça na vitrine do proibicionismo: como as correntes eugenistas viam
o consumo de álcool da população na primeira metade do Século 20**

**BRASÍLIA
2025**

JORGE BITAR

A cachaça na vitrine do proibicionismo: como as correntes eugenistas viam o consumo de álcool da população na primeira metade do Século 20

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção de título de Licenciatura em História pela Universidade de Brasília

Orientadora: Teresa Cristina de Novaes Marques

Banca Examinadora: Dra. Dayane Augusta Santos da Silva - Professora Adjunta no Instituto Federal de Brasília, campus Brasília. Dr. Tiago Luís Gil - Universidade de Brasília. Dr. Luiz Paulo Noguerón - Universidade de Brasília (Suplente).

BRASÍLIA
2025

AGRADECIMENTOS

Imagino que a educação e o suporte que recebi dentro de casa foram suficientes para quebrar barreiras e superar desafios. Por isso, agradeço, em primeiro lugar, à minha família, pelo apoio constante, pelas palavras de incentivo e por sempre acreditarem na minha caminhada. Obrigado a todos que sempre estiveram comigo, em especial a minha mãe e meu pai, Dalal Zaitoun e Chadem Bitar, à minha irmã, Hiba e ao meu querido irmão, Ibrahim, que descanse em paz — sua memória me acompanha e me fortalece todos os dias.

Agradeço também à pessoa que esteve ao meu lado nos melhores e nos piores momentos, dividindo comigo as alegrias e as angústias deste caminho, minha namorada, Júlia. Que não apenas acreditou no meu potencial, mas que, dia após dia, lutou para me fazer enxergar minha própria inteligência, mesmo quando eu duvidava dela. Sua presença foi abrigo, incentivo e força.

Aos meus amigos e amigas que estiveram comigo nos dias mais desafiadores, nas noites de UnB e nos momentos de alívio e celebração ao longo desse caminho. Foram eles que compreenderam a intensidade desse processo. Cursar História não é simples, exige entrega, e paciência, mas ao lado deles, tudo ficou mais fácil. Agradeço às amizades feitas na UnB, Isabela, Ana Júlia, Maíra, e aos que me acompanham desde a escola, Fabricius e Bonates. Mesmo quando nada fazia sentido, eles estavam ali, ajudando a revisar meus textos, ouvindo minhas angústias e, sobretudo, repetindo que eu seria capaz, que ia dar certo.

À Universidade de Brasília, minha casa de formação e transformação, que me proporcionou não apenas o conhecimento técnico, mas também o pensamento crítico, o esclarecimento e o encantamento com a História. Um espaço onde o saber se cruza com o mundo e se traduz em potência de ação. À Clio, fica o meu abraço.

Agradeço, com carinho e admiração, à minha orientadora e amiga, professora Teresa Marques, por sua escuta generosa, orientação firme e cuidadosa, e por ser exemplo de compromisso intelectual e sensibilidade na produção do conhecimento histórico.

E por fim, como quem levanta um copo após uma jornada longa: um brinde — à memória, à resistência e às histórias que ainda temos por contar.

RESUMO

Esse artigo propõe uma análise do discurso condenatório do consumo de cachaça no Brasil, especialmente no início do século 20, como uma ferramenta de controle e hierarquização social. Examina como o discurso a respeito do consumo dessa bebida foi uma das ferramentas de construção das diferenças sociais/raciais vinculando-a às camadas populares. A pesquisa investiga também o papel da aguardente na reprodução de ideologias raciais, com ênfase na investigação da Liga Brasileira de Higiene Mental e na União Brasileira Pró Temperança. O estudo também pretende contextualizar a trajetória da cachaça na história do consumo brasileiro, incluindo a análise de seus métodos de produção e circulação, e como ela contribuiu para a construção de identidades sociais e culturais no Brasil republicano.

Palavras-chave: Álcool; Dispositivos; Ignorância; Temperança; Brasil República; Racialidade; Cachaça.

ABSTRACT

This article proposes an analysis of the condemnatory discourse surrounding the consumption of *cachaça* in Brazil, particularly in the early twentieth century, as a tool for social control and hierarchical classification. It examines how the discourse on this beverage functioned as a mechanism for constructing social and racial differences, closely associating it with the lower classes. The research also investigates the role of *aguardente* in the reproduction of racial ideologies, with particular emphasis on the activities of the Liga Brasileira de Higiene Mental and the União Brasileira Pró-Temperança. Additionally, the study aims to contextualize the historical trajectory of *cachaça* within Brazilian consumption practices, including an analysis of its production and distribution methods, and how it contributed to the construction of social and cultural identities in republican Brazil.

Keywords: Alcohol; Devices; Ignorance; Temperance; Republican Brazil

INTRODUÇÃO

A cachaça bebida em que dose for, não é preciso chegar à embriaguez para que tal suceda, desintegra o caráter, ofusca o espírito, enfraquece à vontade, libertando Caliban, o gênio bruto que está mais ou menos dominado dentro de cada um de nós pelo freio da disciplina moral que a educação e as leis propiciam.¹

Os apoiadores do movimento pró temperança no Brasil representaram um importante marco nos debates sobre o consumo de bebidas alcoólicas no fim do século 19 e início do século 20. O trecho acima, exposto pela principal instituição do movimento, a Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), retrata um dos discursos adotados contra o álcool, em que o Dr. Waldemar de Almeida, membro da liga, equiparou os efeitos da embriaguez da cachaça ao personagem Caliban, de William Shakespeare, para traduzir seu consumo em um comportamento selvagem. Para ele e outros intelectuais, o alcoolismo seria capaz de suscitar a pior versão da humanidade e seria responsável por comportamentos violentos e antissociais. Na obra, Caliban é muitas vezes visto a partir do seu vínculo com a terra, seus desejos corporais e sua fala bruta que o associam ao mundo natural, sendo em outros momentos descrito como selvagem e deformado, refletindo a imagem da sensualidade, do trabalho e da torpeza.²

Embora o artigo do médico Almeida date do ano de 1943, não foi essa a primeira manifestação condenatória ao consumo abusivo do álcool na Liga. Em verdade, o tema era recorrente nos debates havidos na LBHM desde a sua criação, em 1925. Tendo isso em vista, esse trabalho tem como objetivo investigar o estigma do consumo de bebidas alcoólicas moldado pela Liga no contexto do movimento pró temperança brasileiro. A temperança, no Brasil, foi um movimento que pregava a moderação ou a abstinência total do consumo de bebidas alcoólicas. Era geralmente associada a campanhas morais e médicas que viam a bebida como causa de degradação social e violência, assumindo uma face higienista voltada a “corrigir” os hábitos da população. O ponto de partida desse trabalho é, portanto, estabelecer o lugar da bebida destilada, de alto teor alcoólico, entre os costumes da sociedade brasileira.

A partir disso, meu objetivo é demonstrar como a cachaça foi mobilizada como mais um instrumento dentro de um amplo arsenal de práticas e discursos racistas. Isso será feito a partir da associação do seu consumo à suposta inferioridade moral e intelectual das populações negras e pobres, reforçando estigmas e legitimações de controle social. Esse objetivo será alcançado com o apoio dos aspectos teóricos elaborados pela escritora e filósofa Sueli Carneiro,

¹ ALMEIDA, Waldemar de. A bebida alcoólica como fator antissocial. *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, 1943

² FLORES, Maria Bernadete Ramos. O mito de Caliban na interpretação do Brasil: acerca do americanismo na República Velha brasileira. *Diálogos Latinoamericanos*, Aarhus, v. 6, n. 11, p. 22, 2005.

e fundamentado nos conceitos de dispositivo de racialidade por ela formulados (Carneiro, 2023). Cabe ressaltar que os dispositivos de poder, segundo Foucault, constituem mecanismos e arranjos institucionais que atuam sobre os corpos e as condutas, produzindo efeitos de normalização e disciplina. Em sua obra ele mostra como as técnicas disciplinares se articulam em dispositivos que agem por meio da vigilância contínua.³

Dessa forma, é importante expor que por volta de 1910, começam a ganhar força os discursos eugenistas com a adesão de médicos de prestígio político. Assim, o confronto entre os discursos raciais, que condenavam os costumes populares em desalinho com as expectativas civilizatórias brancas e de classe média, com a persistência das práticas sociais dos setores populares, reforçou os estereótipos raciais. Dessa forma, o artigo toma o espaço social da capital do país como primordial para a observação das práticas populares e da produção dos discursos racialistas. A partir disso, o recorte temporal explorado será referente à estruturação do movimento pró-temperança, isto é, de 1910 a 1935, com margem para uma análise mais ampla em outros anos relevantes.

Diante desse cenário, é importante ressaltar que no Rio de Janeiro na virada do século 20, o aumento do consumo de aguardente foi evidente entre as camadas populares, sendo incorporada às práticas culturais nos centros urbanos.⁴ Além disso, o cotidiano de trabalho pesado e poucas horas de descanso foi decisivo para a circulação de bebidas alcoólicas no contexto carioca, entretanto o consumo abusivo de álcool foi associado inteiramente ao consumo da cachaça. Os jornais do Rio de Janeiro tiveram um papel fundamental na construção dessas narrativas.⁵ Promovendo a cerveja, o vinho e outra bebidas como superiores e mais alinhadas aos ideais de civilização industrial, enquanto a aguardente era retratada como rudimentar e nociva, reforçando estereótipos negativos sobre seus consumidores.⁶ Assim, a pergunta que deve ser feita é: por que a cachaça foi mais atacada que outras bebidas alcoólicas?

Para responder essa pergunta, essa pesquisa toma como primordial o entendimento das dinâmicas sociais e políticas relacionadas ao consumo da cachaça e como podem ser utilizadas como ferramentas de controle e de hierarquização racial por algumas organizações que politizam o consumo de álcool, como a LBHM. Essa compreensão nos permite avaliar as

³ FOUCAULT, Michel. *Vigar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p.141

⁴ SOUZA, Ricardo Luiz de. Cachaça, vinho, cerveja: da Colônia ao século XX. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 33, 2004, p.64

⁵ Diferentemente das normas éticas que regem a imprensa comercial na atualidade, os jornais no Brasil, no início do século 20, eram muito opinativos.

⁶ MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. *A cerveja e a cidade do Rio de Janeiro: de 1888 ao início dos anos 1930*. Paco Editorial, 2014

práticas cotidianas envolvidas pelo consumo de bebidas alcoólicas e proporciona um entendimento dos processos políticos alinhados com a elite, que colocam o alcoolismo como um problema atrelado às camadas mais baixas da sociedade. Além disso, investigar a existência ou não da influência da cachaça na reprodução de discursos raciais pode ser pertinente, pois possibilita a identificação das transições ideológicas da Primeira República nos arranjos sociais e culturais vigentes do período.

Dessa forma, importa destacar que, ao se debruçar sobre questões relacionadas ao consumo da cachaça no Brasil, o historiador não está, necessariamente, se inserindo no campo da história econômica ou das relações de produção ligadas à aguardente. Ainda que o objeto em questão seja uma mercadoria, o foco analítico aqui se distancia de abordagens voltadas à estrutura produtiva. O que se propõe é uma leitura cultural e social do consumo, com atenção voltada para os indivíduos, seus hábitos e suas experiências cotidianas.⁷ A cachaça, nesse contexto, é observada como um elemento simbólico — um marcador de gosto, pertencimento e distinção. Seu consumo não apenas expressa formas de sociabilidade e prazer, mas também pode revelar práticas de resistência, vínculos comunitários e, por vezes, padrões de exclusão, como nos casos de alcoolismo e marginalização.

Mais do que uma simples bebida, a cachaça torna-se objeto privilegiado para investigar os modos como determinados comportamentos são patologizados, moralizados e regulados. Assim, analisar sua condenação nos discursos médicos, higienistas e eugenistas da Primeira República implica reconhecer a bebida como parte de um campo de disputas simbólicas mais amplo. Seu estigma não se limita a uma questão de saúde pública, pois ele opera como dispositivo político voltado à reprodução de desigualdades sociais e raciais. Assim, a crítica à cachaça, funciona como meio de classificar práticas populares como degeneradas, ao mesmo tempo em que reafirma os valores, gostos e padrões morais da elite urbana, consolidando hierarquias de poder no tecido social.

Nesse sentido, Sueli Carneiro terá papel fundamental para a sustentação teórica deste trabalho ao oferecer o conceito de “dispositivo de racialidade” como primordial para a compreensão das formas pelas quais o poder opera na produção de hierarquias raciais no Brasil. A partir de sua interlocução com Michel Foucault, a autora propõe que a racialidade não deve ser entendida apenas como um marcador de diferença biológica, mas como uma engrenagem discursiva e institucional que organiza práticas de exclusão, legitima saberes e orienta intervenções morais, jurídicas e sanitárias. Ao observar a cachaça como um símbolo cultural

⁷ ALGRANTI, Leila Mezan. Aguardente de cana e outras aguardentes. In, Venâncio, H.C. (org). *Álcool e drogas na história do Brasil*. Minas Gerais: Pucminas, 2005, p. 83

associado à população negra e pobre, é possível compreender de que forma sua tentativa de criminalização⁸ e patologização participam de uma lógica que visa naturalizar a inferiorização desses grupos, conferindo aparência de neutralidade científica a projetos de controle social.

A metodologia adotada neste trabalho fundamenta-se na análise discursiva e na crítica das formas de poder que estruturaram o debate público sobre o consumo de álcool no Brasil. Ao invés de abordar o alcoolismo apenas como um problema médico ou de saúde pública, propõe-se compreendê-lo como uma categoria mobilizada moral e racialmente, inserida em estratégias de controle social. A seleção das fontes será feita de forma orientada, a partir da leitura prévia dos sumários dos periódicos oficiais da Liga, disponíveis integralmente no Acervo da Universidade Federal de Maringá, com o intuito de localizar artigos, conferências e documentos que tratem especificamente do alcoolismo. Essa leitura seletiva visa otimizar a busca por materiais mais pertinentes ao recorte temático deste trabalho, reconhecendo que a análise aprofundada e integral dessas fontes será realizada em pesquisas posteriores. Com isso, busca-se entender como os discursos em torno do álcool atuaram de maneira capilar, atravessando instituições e práticas cotidianas, e moldando subjetividades segundo lógicas de normalização e exclusão.

Por fim, este trabalho está dividido em duas partes principais. A primeira analisa a construção da cachaça como inimiga da nação, destacando sua centralidade nos discursos proibicionistas e o contraste ao tratamento oferecido a outras bebidas. Já a segunda parte investiga como essa narrativa se articulava a ideais de produtividade e racionalização do trabalho, transformando o consumo alcoólico das classes populares em entrave ao progresso. Através desse percurso, pretende-se evidenciar que o combate à cachaça foi também uma estratégia sofisticada de exclusão racial e de gestão moral da população urbana brasileira.

1 - Na vitrine: a cachaça sob o olhar moral

1.1 - Moralidade seletiva e estigma popular

De acordo com a autora Teresa Marques, especialista na história da cerveja no Rio de Janeiro, as críticas ao alcoolismo no Brasil estiveram, em sua maioria, direcionadas ao consumo de aguardente. Esse tipo de bebida, amplamente associada às classes populares, especialmente a negros e mestiços, foi identificado como o principal símbolo do vício alcoólico no imaginário

⁸ O consumo de aguardente não se tornou uma forma de crime, apesar da Liga ter tentado bastante. Dessa forma, o crime de vadiagem compreendia o consumo abusivo de bebida em público

dos principais noticiários da capital. Com isso, no Brasil, a repressão ao alcoolismo carregava uma carga ideológica fortemente marcada por questões raciais, diferentemente do movimento pró-temperança nos Estados Unidos — que, embora moralizante, tinha como alvo amplo o consumo de álcool em geral.⁹ Dessa forma, percebe-se que as políticas temperantes brasileiras não se voltavam apenas à saúde pública, mas funcionavam como instrumentos de controle sobre os hábitos de setores marginalizados da população.

O combate à aguardente, nesse contexto, ultrapassava a dimensão sanitária e passava a representar um esforço de silenciamento e deslegitimação das práticas de sociabilidade populares, reforçando as hierarquias raciais. Alguns periódicos utilizavam os termos “cachaça” ou “aguardente” como instrumentos retóricos para legitimar o discurso temperante e intensificar a cruzada contra o alcoolismo, construindo uma imagem simbólica da bebida como inimiga da nação. Embora outras bebidas, como cerveja, vinho e licores, também fossem mencionadas, a cachaça ocupava posição central nessas críticas devido à sua forte associação com as camadas populares, à facilidade de produção e acesso, e à carga simbólica herdada de seu uso histórico entre escravizados e trabalhadores urbanos. Isso pode ser observado nesse trecho extraído do Malho, jornal carioca que pautava o discurso e a retórica temperante na aguardente de cana.

Necessitamos fazer uma propaganda tenaz contra o ethylismo, procedendo mesmo como se faz na América do Norte, cohibindo com leis severíssimas o seu abuso. E isso é o que devemos desde já iniciarmos, para, ao menos, por enquanto, restringirmos esse funesto vício, aconselhando a população rural e urbana que evite por todas as fórmas a aguardente de cana que é um tóxico lento, um corrosivo desesperado, o maior factor de degenerescencia physica e moral da nossa raça, o demônio corruptor da sua energia, precursor das maiores desgraças e occasionador de quasi todos os crimes.¹⁰

Em um primeiro momento, a matéria intitulada “A maior das desgraças” posiciona-se favoravelmente à implementação de leis proibitivas ao consumo de álcool, tomando como referência a Lei Seca norte-americana de 1920. Em seguida, o texto passa a atacar diretamente a cachaça, retratando-a como a principal responsável pela degeneração moral e racial da população, além de ser associada a grande parte dos crimes cometidos sob efeito do álcool. Essa construção discursiva, que desloca para a cachaça a origem dos males sociais, é uma estratégia recorrente nos periódicos cariocas da época. Ao concentrar as críticas em um único produto — a cachaça —, os veículos de mídia conseguiam canalizar a indignação pública contra um

⁹ MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. *A cerveja e a cidade do Rio de Janeiro: de 1888 ao início dos anos 1930*. Jundiaí: Paco Editorial; Editora da Universidade de Brasília, 2014, p. 48

¹⁰ O MALHO: semanario de humor artistico e litterario. Rio de Janeiro: Typ. d'A Tribuna, 1902-1954. Mensal Edição 1048 de 1922, p.68. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116300&pasta=ano%20192&pesq=%22cacha%C3%A7a%22&pagfis=48151> Acesso em: 9 jun. 2025.

símbolo específico do consumo popular, evitando tocar em outras bebidas associadas às elites. Ao mesmo tempo, buscam direcionar a pressão contra um setor específico da elite agrária, cujos interesses econômicos ligados à produção de cana-de-açúcar representavam um obstáculo direto às ambições do movimento pró-temperança.

A escolha da cachaça como alvo prioritário revela uma tentativa de criminalizar não apenas o consumo em si, mas o modo de vida e os espaços de convivência das populações consumidoras. Eis aqui o ponto principal desse artigo. Em momento algum, minha intenção é negar que outras bebidas alcoólicas também sejam alvo de críticas, mas contribuir com uma análise específica sobre como a cachaça é tratada de forma mais dura e moralizante, sobretudo em discursos de cunho proibicionista desenvolvidos pelo movimento pró-temperança. Enquanto outras bebidas são frequentemente associadas a um alcoolismo com efeitos sociais mais toleráveis, a cachaça é marcada por representações de desordem e vício, revelando um tratamento desigual que reflete lógicas de controle social, racial e de classe. Devido a isso, políticas voltadas para a reprodução dessa estrutura devem ser analisadas como dispositivos de controle político e reafirmação de poder.

De acordo com a escritora e ativista antirracista, Sueli Carneiro, o conceito de “dispositivo” elaborado por Michel Foucault, pode ser utilizado para a compreensão da dinâmica das relações raciais no Brasil. Uma vez que a autora entende que a racialidade deve ser entendida como um domínio capaz de produzir saberes e, ao mesmo tempo, ser instrumentalizado pelo biopoder.¹¹ Dessa maneira, a condenação da aguardente passa a ser analisada como uma ferramenta de micropoder, tendo em vista que as políticas analisadas não partem exclusivamente de ações estatais centralizadas, mas de uma rede difusa de normas, discursos e práticas sociais que atravessam diferentes instituições — como a medicina, a imprensa e os saberes científicos da época. No início do século 20, o Estado brasileiro ainda estava em processo de consolidação e institucionalização, o que ampliava o espaço de atuação de outros agentes sociais na produção de saberes e na regulação dos comportamentos. Assim, o controle sobre o consumo da cachaça, marcado por códigos morais e racializados, revela-se como parte de um dispositivo de poder que opera de forma capilar, por outras instâncias de poder.

Essa teoria fundamentada por Sueli Carneiro, na qual esse artigo se apoia, dialoga com o sentimento de demofobia, que seria a repulsa ou repreensão às multidões cariocas presentes nas ruas da capital. A modernidade incomodava os moradores mais conservadores que ficavam

¹¹ CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023, p. 13

chocados com o acúmulo de maus costumes, fato esse que reuniu as circunstâncias necessárias para ameaçar o projeto federativo oligárquico diminuindo a atuação da demagogia política.¹² Ou seja, desde a Proclamação da República em 1889, não existe, por parte da elite ou do Estado, a intenção de integrar a população negra liberta à sociedade. Devido a isso, a modulação dos hábitos cotidianos passa a ser fortemente mediada por outra instância de poder a partir de 1925, a Liga Brasileira de Higiene Mental. Embora revestidos de uma linguagem científica, os discursos formulados tanto pelos membros da Liga quanto por certos veículos de mídia são constituídos dentro de estruturas de saber que delimitam quais objetos são dignos de atenção e quais formas de enunciação têm legitimidade, estabelecendo, assim, hierarquias entre diferentes modos de conhecimento.¹³

Essa perspectiva permite aprofundar a análise dos discursos da Liga e da imprensa, entendendo-os não apenas como manifestações de saberes hierarquizados, mas também como mecanismos ativos de produção de ignorância. Ao se apresentarem como neutros, científicos e voltados ao progresso, esses discursos ocultam suas bases excludentes e racializantes. Assim, direcionando o olhar público para certos problemas — como os “maus costumes” ou a “degeneração” — enquanto silenciam as violências estruturais impostas à população negra. Assim, a retórica eugenista funciona duplamente, legitima práticas de controle social e, ao mesmo tempo, desinformam, deslocando o debate e encobrindo as verdadeiras intenções por trás de suas proposições. Nesse contexto, o alcoolismo passa a ser instrumentalizado como categoria moral e médica que reforça estigmas sociais, funcionando como mais um elemento retórico na produção de ignorância. Isso era feito ao patologizar comportamentos populares e desviar o foco das desigualdades estruturais que os sustentam.

Entre as diversas ferramentas de demarcação social e racial, o consumo ocupa um lugar especialmente relevante, pois não se limita a uma dimensão econômica, mas envolve também aspectos simbólicos, afetivos e culturais. Ao mobilizar práticas associadas ao prazer, ao gosto e à distinção, o consumo revela-se como um marcador de pertencimento e exclusão, operando na construção identitária. A partir disso, os padrões de sociabilidade, tendo em vista o aumento populacional, entram em confronto em locais públicos como em eventos municipais, rodas de samba, carnavais e as Festas da Penha. No caso da Penha, ao divulgar em uma posição de

¹² LYNCH, Christian Edward Cyril. “A multidão é louca, a multidão é mulher”: a demofobia oligárquico-federativa da Primeira República e o tema da mudança da capital. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.20, n.4, p. 1499

¹³ CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023, p. 39

destaque em alguns jornais cariocas, o consumo de cerveja¹⁴ era normalizado em detrimento da aguardente que era “deslocada para um lugar inferior” na construção social.¹⁵

É esse tipo de interação, choque de presenças, cruzamento de realidades sociais distintas, que motivam políticas voltadas para a reprodução da categorização racial. É nesse novo status de aumento da vida urbana que esse trabalho busca posicionar a cachaça como mais uma ferramenta de segregação racial. Dessa forma, o ‘dispositivo de racialidade’, entendido como uma engrenagem do poder disciplinar em formação, passa a operar na formulação de práticas e saberes que moldam subjetividades de maneira estratégica. Ela assume o papel de marcador profundo de identidade para os grupos historicamente marginalizados, funcionando como um signo que naturaliza sua posição de inferioridade dentro da ordem social e econômica.¹⁶

1.2 - Eugenia, raça e degeneração

A forma comum evolui em três fases: excitação, depressão e coma. A fase de excitação é caracterizada por um estado eufórico (...) A fase de depressão é caracterizada por uma ataxia física e intelectual (...) O rosto fica pálido, uma espécie de sono estertoroso sucede insensivelmente a depressão, constituindo o coma da embriaguez.¹⁷

A Liga Brasileira de Higiene Mental foi a principal referência no combate ao alcoolismo no Brasil durante o século 20. Como se observa no trecho acima, a linguagem rebuscada evidencia um discurso fortemente cientificista, acessível apenas a uma elite intelectual. Assim, os membros da Liga, como o próprio autor da citação, Dr. Waldemar de Almeida, eram médicos e higienistas cujo objetivo, entre outros, era combater o vício crescente no contexto urbano brasileiro. A Liga foi fundada pelo médico carioca Gustavo Riedel, com o propósito de criar um espaço voltado ao estudo do aperfeiçoamento da raça. O foco principal estava na prevenção de fatores considerados degenerativos, como a sífilis, a tuberculose — então chamada de peste branca — e os vícios químicos.¹⁸

A longo prazo, os integrantes da Liga almejavam promover o melhoramento genético progressivo em consonância com o desenvolvimento social. Nesse sentido, termos como

¹⁴ Cabe ressaltar que as Festas da Penha em específico marcavam a presença de portugueses, e eram esses os principais responsáveis pelo consumo da cerveja devido ao alto poder aquisitivo.

¹⁵ MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. *A cerveja e a cidade do Rio de Janeiro: de 1888 ao início dos anos 1930*. Paco Editorial, 2014, p. 257

¹⁶ CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023, p. 45

¹⁷ ALMEIDA, Waldemar de. A bebida alcoólica como fator antissocial. *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, 1943.

¹⁸ TAMANO, Luana Tieko Omura. *A campanha antialcoólica da Liga Brasileira de Higiene Mental*. *Revista de História*, São Paulo, n. 181, 2022, p. 16

“prevenção”, “proteção” e “melhoria” aparecem com frequência no Estatuto da Liga, publicado, pela primeira vez em 27 de dezembro de 1923.¹⁹ A constância e a regularidade das publicações científicas contribuíam para reforçar a legitimidade acadêmica da Liga, sustentada por métodos considerados rigorosos. O estatuto também previa tanto a publicação de trabalhos independentes na revista da instituição quanto a realização de Congressos de Higiene Mental e Eugenética. Tais iniciativas visavam fortalecer e expandir as redes de apoio nacionais e internacionais, cujas colaborações, por meio de doações ou contribuições dos membros, garantiam o financiamento da Liga.

Compreendida a forma como a Liga se estruturava, cabe agora discutir o conceito e os fundamentos que embasaram sua atuação, em especial no que diz respeito à eugenia. No contexto dos debates contemporâneos à fundação da Liga, a eugenética era apresentada como uma ciência voltada à prevenção e ao tratamento de doenças e malformações consideradas de origem genética — muitas vezes, também associadas à hereditariedade. Essa concepção, embora aparentemente neutra e científica, carregava implicações profundas no modo como a saúde pública e o corpo social eram compreendidos.

Já ao final do século 19, as teses sobre o aperfeiçoamento da espécie humana por meio do controle da reprodução vinham sendo sistematizadas por Francis Galton, que desenvolveu sua teoria com base em pressupostos extraídos das ideias evolucionistas de Lamarck e Darwin. A partir disso, os cientistas e intelectuais que passaram a se identificar como defensores da eugenia buscaram promover aquilo que chamavam de “melhor compleição física e mental” da humanidade.²⁰ Para tanto, acreditavam ser necessário o controle sistemático das práticas sociais e reprodutivas, colocando em evidência uma lógica de intervenção contínua no tecido social sob a justificativa do progresso biológico e da racionalização da vida.

Já no Brasil, de acordo com a autora Nancy Stepan, apesar de se assemelhar pelo progresso biológico, houve significativas diferenças quanto a interpretação dos conceitos tendo em vista a situação em que se encontrava a ciência brasileira. Segundo Stepan, “Ainda não havia nenhum departamento de ciências nas universidades brasileiras, e o trabalho biológico restringia-se às escolas de medicina, aos institutos agrícolas e ao instituto Oswaldo Cruz”.²¹ Assim, o contato com uma teoria estrangeira passou a ser traduzido de diferentes formas, não apenas no Brasil, mas por toda a América Latina. Ao passo que a teoria eugenista ganhava força no contexto mundial, os países latinos passavam por profundas e rápidas mudanças econômicas,

¹⁹ Estatuto da Liga Brasileira de Hygiene Mental. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 223-234, 1925.

²⁰ MAI, Lilian Denise; ANGERAMI, Emília Luigia Saporiti. *Eugenica negativa e positiva: significados e contradições*. Revista Latino-Americana de Enfermagem, Ribeirão Preto, v. 14, n. 2, p. 251-258

²¹ STEPAN, Nancy Leys. *Eugenica no Brasil*, 1917-1940. In: HOCHMAN, Gilberto; MATTOS, Hebe, p. 337

sociais e políticas causadas pela industrialização tardia aliada a uma intensa imigração europeia.

Além disso, atrelado à industrialização, havia na cidade do Rio de Janeiro no início do século 20, um projeto de modernização urbana, impulsionado por uma política que visava alinhar a capital brasileira aos padrões estéticos e sanitários das grandes cidades europeias. Essa intenção modernizadora refletia-se especialmente nas reformas do centro da cidade, onde se buscava não apenas o embelezamento, mas também o controle dos espaços considerados insalubres e desordeiros.²² A reestruturação urbana incluía a abertura de avenidas, a demolição de cortiços e a valorização de áreas destinadas à circulação das elites. Tal movimento era sustentado por discursos médicos e higienistas que associavam o progresso à racionalização do espaço urbano. Assim, a cidade se tornava palco de intervenções que articulavam ideais civilizatórios e práticas de exclusão social, como saneamento e miscigenação, às condenações morais.²³

Portanto, a abordagem brasileira passa a ser mais direcionada, em certos momentos, por uma abordagem sociológica que biológica. Em outras palavras, assuntos mais voltados para a questão social causam mais interesse na elite brasileira, enquanto a questão genética é, em inúmeros momentos, negligenciada, ao passo que o sanitarismo ganha cada vez mais força na ciência local.²⁴ Contudo, a autora apresenta sutilezas e não sustenta haver uma eugenia brasileira, o que sugeriria haver consenso sobre a forma de lidar com os fatores que prejudicam a “boa” reprodução. Apesar de compartilharem objetivos comuns, os instrumentos de intervenção social se modificavam de acordo com a corrente eugenista defendida. Havia um campo político em disputa entre os praticantes, logo, não existe um único discurso quanto ao consumo de bebidas alcoólicas.

Nesse caso, a eugenia, enquanto doutrina voltada à melhoria genética da população, pode ser dividida em três formas principais: positiva, negativa e preventiva. A eugenia positiva consiste na promoção da reprodução entre indivíduos considerados "geneticamente superiores", incentivando casamentos e fertilidade dentro de determinados padrões raciais, físicos ou intelectuais valorizados, como foi comum em campanhas pró-natalistas em países como no início do século 20.²⁵ A eugenia negativa, por sua vez, buscava impedir a reprodução dos chamados “indesejáveis” por meio de esterilizações forçadas, segregações e até extermínios, prática posteriormente associada ao regime nazista. Já a eugenia preventiva se apresentava

²² MALLMANN, Marcela Cockell. *Pelos Becos e pela Avenida da Belle Époque Carioca*. São Gonçalo: Soletrar, nº 20, p. 105-118, jul/dez. 2010.

²³ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 88

²⁴ Stepan, Nancy. Op., cit., p.345

²⁵ KEVLES, Daniel J. *In the name of eugenics: genetics and the uses of human heredity*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1985.

como uma forma de controle mais sutil, baseada na vigilância médica, exames pré-nupciais, aconselhamento genético e políticas de saúde pública que buscavam evitar o nascimento de indivíduos considerados doentes ou “degenerados”. Tendo sido adotada, por exemplo, em campanhas de saúde mental no Brasil.²⁶ Essas três modalidades, embora distintas em suas estratégias, compartilham a lógica comum de hierarquização biológica e controle social por meio do corpo.

Entretanto, ainda há um forte atenuante relacionado à ideologia eugenista no Brasil: a questão racial. Como se sabe, a transição do século 19 para o 20 também marca as transformações do período pós-abolicionista. O Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão, pouco mais de trinta anos antes da fundação da Liga e da assimilação dos ideais eugenistas. À época, o trabalho escravo ainda era amplamente praticado, especialmente no Rio de Janeiro. Com a abolição, os escravizados libertos foram incorporados a uma nova classe social que, embora formalmente livre, continuava ocupando uma posição hierárquica inferior, dadas as novas relações raciais que se configuravam no país.²⁷ A partir disso, a presença de negros, como uma nova classe livre no contexto urbano, e a intensa miscigenação presente no contexto brasileiro, foram decisivas nos debates sobre o aprimoramento da espécie. Diante disso, apresento dois excertos que vão auxiliar no entendimento da temática.

O melhoramento da raça humana não se resume apenas em estabelecer casamentos judiciosos, mas em se esforçar por discernir os factores sociaes, capazes de dar ás raças melhor dotadas o maior número de probabilidades para prevalecer sobre as menos boas.²⁸

O Parlamento brasileiro está cogitando o exame pré-nupcial. Quem ouvir falar nisso, acreditará que o nosso paiz vae dar mesmo um passo avante na defesa eugênica da raça, se, porém, meditar um pouco sobre os termos dos projectos apresentados a Camara, verificará desde logo, que tudo não passa de mera ficção, pois que a não obrigatoriedade dessa medida fala inefficaz, tornando-se inútil a lei, tão inútil como tantas outras que possuimos, em matéria de saúde pública, — algumas até esquecidas.²⁹

Os trechos destacados anteriormente foram publicados no Boletim da Eugenia, que foi um periódico publicado no Brasil a partir de 1929 pelo Instituto Brasileiro de Eugenia, no Rio de Janeiro, sob a direção de Renato Kehl. Os periódicos veiculavam textos científicos e

²⁶ STEPAN, Nancy Leys. *Eugenia no Brasil*, 1917-1940. In: HOCHMAN, Gilberto; MATTOS, Hebe, p. 337

²⁷ SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*.

Tradução de Donaldson M. Garschagen. Prefácio de Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 1976, p. 55

²⁸ BOLETIM DE EUGENIA. Rio de Janeiro: [s.n.], ano 1, n. 1, mar. 1929. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=159808&Pesq=%22ra%c3%a7a%22&pagfis=13>

Acesso em: 11 de maio de 2025

²⁹ BOLETIM DE EUGENIA. Rio de Janeiro: [s.n.], ano 1, n. 1, mar. 1929. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=159808&Pesq=%22ra%c3%a7a%22&pagfis=9>

Acesso em: 11 de maio de 2025

opinativos voltados à divulgação da eugenia como instrumento de melhoramento racial e social, abordando temas como higiene, hereditariedade, educação e controle reprodutivo. Sua linguagem refletia os ideais do movimento eugenista internacional, adaptados ao contexto brasileiro.

O primeiro excerto é um comentário do próprio Renato Kehl, membro atuante da Liga, destacando-se como defensor e publicista da eugenia. Ele afirma que o aprimoramento genético tem como fundamento a superioridade de uma raça sobre a outra, portanto, a miscigenação teria um papel prejudicial para os princípios da eugenia. Cabe ressaltar que a exposição dessa fonte não evidencia uma visão unânime da Liga, pelo contrário, enquanto alguns autores viam a mestiçagem como algo nocivo e defendem a esterilização em massa dos “degenerados”, outros acreditavam que a degeneração é ligada injustamente apenas à mestiçagem.³⁰ Para esses, a mestiçagem poderia ser usada, inclusive, para diminuir a concentração de negros no país, a partir de uma política de embranquecimento como objetivo final do incentivo a imigração europeia, sobretudo para a capital.

Cabe destacar que, segundo Sueli Carneiro, a miscigenação no Brasil não pode ser compreendida apenas como um fenômeno biológico ou cultural espontâneo, mas como resultado direto de imposições culturais associadas ao imperialismo e à colonialidade do poder. Trata-se, portanto, da materialização de um “contrato racial”³¹, organizando o funcionamento das relações sociais e dos dispositivos de racialidade.³² Nesse contexto, a noção de uma raça “melhor dotada”, tal como enunciada nos discursos do *Boletim de Eugenia*, não representa uma constatação neutra ou científica, mas sim a expressão ideológica de um projeto de embranquecimento que buscava consolidar os valores e interesses da branquitude como modelo ideal de humanidade e civilização. Assim, a miscigenação promovida nos marcos desse contrato racial não apenas silenciava as identidades negras e indígenas, como também operava como instrumento de domesticação e controle social, legitimando políticas públicas e discursos científicos voltados à homogeneização da população brasileira sob o signo do branco europeu.

O segundo fragmento expõe a pressão exercida pelo periódico carioca sobre as medidas que devem ser tomadas para a preservação da raça. O exame pré-nupcial é um projeto defendido por inúmeros cientistas e consiste na verificação e exposição obrigatória de fatores que podem “manchar” a pureza congênita. Apesar de existirem discussões legislativas a respeito dessa

³⁰ TAMANO, Luana Tieko Omena. *A campanha antialcoólica da Liga Brasileira de Higiene Mental. Revista de História*, São Paulo, n. 181, p. 1–33, 2022, p. 6

³¹ O conceito de “contrato racial” foi desenvolvido por Charles Mills e que ampara o diálogo entre a perspectiva genealógica de Foucault e a construção da racialidade como dispositivo de poder

³² CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023, p. 33

condição, o autor dessa matéria, Dr. Preapegura Brício, assume que a não obrigatoriedade acarretaria uma inutilização desse avanço. Para Stepan, as atenções e medos quanto aos males da mestiçagem eram voltadas para a população negra. Apesar da Liga não se posicionar em nenhum momento como contrária a existência de negros ou defender de forma explícita o racismo, essa população era colocada como ignorante, doente imoral, cheia de vícios e com altas taxas de alcoolismo.³³ Dessa forma, a proibição tanto da produção quanto do consumo de bebidas alcoólicas passou a ser uma forte pauta dentro do movimento eugenista e da Liga.

1.3 - Proibicionismo

Tínhamos, entretanto, fé no patriotismo dos nossos homens públicos, tínhamos confiança no nosso povo, sempre prompto para attender aos apellos de benemerencia e das iniciativas que visem o engrandecimento da pátria. (...) Na Câmara dos Deputados encontra-se um projecto do eminente Deputado Dr. Plínio Marques, aguardando o momento opportuno para a sua transformação em lei. Esse projecto procura taxar prohibitivamente o álcool-bebida e prohibir a venda dos inebriantes nos domingos e feriados.³⁴

A medida drástica proposta em 1929 pelo eugenista brasileiro, Caldas Mirandolino, ecoa um posicionamento radical com respeito ao consumo de certas substâncias que era observável há séculos. Conforme argumenta Henrique Carneiro, durante a consolidação da economia-mundo, a partir do século 16, diversos bens considerados exóticos ou de luxo, como o açúcar, o álcool, o café, o tabaco e o ópio, passaram por um processo de vulgarização à medida que se globalizavam. Nesse contexto, o conceito de droga começou a se firmar culturalmente de forma ambígua: ora como símbolo de saúde e progresso, ora como encarnação de um “fantasma do mal”, associado a patologias sociais e medos irracionais³⁵. Em determinadas narrativas, a droga surge como um remédio indispensável à evolução da medicina e da saúde humana, em outras, representa uma ameaça insidiosa ou uma armadilha voltada aos curiosos e frágeis, condenando-os à decadência pelo vício. Ademais, com o avanço do mercantilismo e sua expansão global, esses produtos passaram a integrar cada vez mais a rotina das sociedades, consolidando-se tanto no âmbito da produção quanto no do consumo.

No início do século 20, a bebida alcoólica, enquanto um dos produtos amplamente difundidos, passou a ocupar um lugar central na esfera pública, tornando-se elemento recorrente nos rituais de sociabilidade brasileiros. Nesse contexto, como se observa no trecho extraído de um periódico da Liga Brasileira de Higiene Mental, os defensores da temperança sustentavam

³³ STEPAN, Nancy Leys. *Eugenio no Brasil*, 1917-1940. In: HOCHMAN, Gilberto; MATTOS, Hebe; p. 355-356

³⁴ CALDAS, Mirandolino. As nossas campanhas. Arquivos Brasileiros de Higiene Mental, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 1929, p.57-59

³⁵ CARNEIRO, Henrique Soares. *Drogas: a história do proibicionismo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2018, p. 8

com veemência a necessidade de proibir a produção e a comercialização de bebidas alcoólicas no país. O texto, assinado por Mirandolino Caldas, revela, em um primeiro momento, uma retórica fortemente nacionalista, que buscava sensibilizar o leitor ao apresentar a causa da Liga como uma luta em prol do engrandecimento e do progresso da pátria. Essa estratégia discursiva era recorrente entre os membros da instituição, que mobilizavam o apelo patriótico como forma de construir um inimigo comum — neste caso, o alcoolismo — e, assim, reforçar a coesão interna e o engajamento dos seus apoiadores.

Dessa forma, para concluir seu artigo, Caldas faz referência ao projeto de lei de Plínio Marques que visava a proibição da venda de bebida alcoólica em domingos e feriados. Com o objetivo de transformar o projeto de lei em realidade, a Liga intensificou sua atuação política, enviando comissões diretamente à Câmara dos Deputados como forma de pressionar o Congresso. Durante a segunda Semana Antialcoólica, Ernani Lopes convocou os participantes a integrarem uma delegação popular que, na semana seguinte, se dirigiria ao Legislativo com a mesma finalidade. Além disso, representantes da Liga também se mobilizaram junto ao Conselho Municipal, solicitando a implementação de medidas legais mais rigorosas voltadas à repressão do alcoolismo.³⁶ O objetivo da lei, debatido na Câmara, era minimizar os efeitos do álcool limitando seu acesso nos períodos em que, entendidos por Marques, compunham a maior taxa de pessoas consumindo. Entretanto, ao propor a taxação proibitiva do álcool e a proibição de sua venda aos domingos e feriados — dias tradicionalmente associados ao lazer das classes trabalhadoras e à convivência popular —, o projeto atinge diretamente o padrão de consumo dos setores subalternos, para os quais a cachaça e outras bebidas de fácil acesso são formas comuns de sociabilidade e escape.

Enquanto isso, as elites, que consumiam bebidas importadas em espaços privados e socialmente legitimados, como clubes e salões, continuariam a fazê-lo sem grandes restrições, já que seu consumo não se dava nos mesmos horários, locais ou produtos visados pela legislação. Assim, a lei proposta não combate o álcool em si, mas sim o modo como ele é consumido, reforçando uma política de controle e distinção que criminaliza parte do lazer cotidiano da população que tivesse lugar à vista do público. Trata-se, portanto, de uma regulação moral seletiva, que perpetua a hierarquia entre os “consumidores legítimos” e os “degenerados” — uma linha de pensamento profundamente alinhada à ideologia. Concepção essa que também leva em consideração que os desvios morais dos padrões estabelecidos pela corrente eugenista também eram alvos constantes dos membros da Liga.

³⁶ TAMANO, Luana Tieko Omena. *A campanha antialcoólica da Liga Brasileira de Higiene Mental. Revista de História*, São Paulo, n. 181, p. 1–33, 2022, p. 17-18

Apesar desse objetivo ser amplamente debatido e incentivado tanto na esfera política quanto nos jornais cariocas, ele não simbolizava uma unanimidade dentre os membros da Liga, pelo contrário, muitos médicos e higienistas viam a proibição como uma medida radical que não traria os resultados esperados. As questões atreladas a eficiência do proibicionismo são muito presentes nos debates de higiene mental. É possível observar isso com a explanação dos seguintes trechos:

O grande mestre da medicina brasileira (professor Miguel Couto) mostrou-se, de facto, partidário do proibicionismo, convindo, porém na necessidade de começar por medidas de transição, e tanto assim foi que homologou, com sua assignatura, as sugestões apresentadas, na ocasião, ao Conselho Municipal por esta Liga. Por outro lado, em nossa agremiação, a maioria julga, como o prof. Couto, ser o proibicionismo a medida ideal, não havendo porém, talvez, ninguém que fosse, aqui, favorável à promulgação immediata de uma lei secca, em nosso meio.³⁷

Não é proibindo por imposições vexatórias, nem mesmo tirando-lhe o veneno por meio de suasórios, por um simples e continuado trabalho de persuasão mental, que a sciênciá há de resolver o caso, desde que a sociedade ou a civilização não seja para elle, operário, o que elle é para a civilização (...), mas, para se iniciar alguma causa grande, convém assentar, em primeiro lugar, que o alcoolismo não é um acidente, é a consequênciá de nossa crise moral e social.³⁸

Apesar desses dois excertos não se situarem no mesmo ano, eles simbolizam a incongruência quanto a visão que trata da proibição da produção e do consumo de bebidas alcoólicas. Na visão do professor, Miguel Couto, ainda que a Lei Seca não seja uma possibilidade devido ao contexto social que o Brasil está inserido, a proibição seria a única ferramenta viável para a diminuição do consumo de álcool. Ao impor barreiras legais que restringissem o acesso às bebidas, seria possível alcançar o fim ou pelo menos a diminuição de alcoólatras nas ruas e nos centros hospitalares. A Lei Seca, por outro lado, era vista como uma radicalização ou um projeto ineficaz pela falta de recurso para garantir uma fiscalização eficiente, como foi exposto na sessão inaugural da terceira semana antialcoólica. Dessa forma, a proibição deveria ser gradativa e, por isso, seria imprescindível a não aprovação da lei que acarretaria a repressão do álcool aos domingos e feriados.

Outros cientistas da época defendiam que o combate à embriaguez não deveria se basear em medidas proibitivas, mas sim no investimento em educação, orientada por uma reconstrução moral fundamentada na ordem e no respeito ao progresso social.³⁹ Para esses pensadores, restringir o acesso às bebidas alcoólicas apenas estimularia o comércio clandestino, como já

³⁷ Trabalhos de Anti-alcoolismo Arquivos Brasileiros de Higiene Mental, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1929, p.12-16

³⁸ Contra o alcoolismo: em favor da hygidez mental. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1925, p.149-150

³⁹ TAMANO, Luana Tieko Omena. *A campanha antialcoólica da Liga Brasileira de Higiene Mental. Revista de História*, São Paulo, n. 181, p. 1–33, 2022, p. 12

ocorria com outras substâncias ilícitas, como a cocaína. A Liga Brasileira de Higiene Mental, por sua vez, enfatizava em diversos momentos a necessidade de conscientizar a população de que o alcoolismo era resultado de uma profunda crise social e moral, responsável direta pela degeneração mental da coletividade. No entanto, o proibicionismo, como ideologia, carrega nuances ainda mais complexas quanto aos resultados esperados.

Segundo Henrique Carneiro, o simples fato de estar embriagado não deveria, sob nenhuma circunstância, ser tratado como crime. Outra questão são os delitos cometidos sob o efeito de substâncias psicoativas, que devem ser julgados pelo dano causado, e não pela condição do agente. Em outras palavras, o ato de beber, desde que não represente risco a terceiros, deve ser reconhecido como um direito inalienável à liberdade individual e à autonomia de escolha, ainda que implique riscos à própria saúde.⁴⁰ A partir dessa perspectiva, caberia ao Estado não proibir o consumo, mas regulamentá-lo, informando a população sobre os efeitos nocivos do abuso e promovendo formas conscientes de uso. Essa concepção parte do princípio de que a substância, enquanto bem material, não é intrinsecamente responsável pelo vício, o problema está na forma como é incorporada às práticas sociais.

Embora tal entendimento possa soar evidente ao leitor, é importante lembrar que o álcool foi frequentemente representado como uma entidade maligna em si mesma — um objeto moralmente condenado, capaz de corromper indivíduos e sociedades. Essa perspectiva, no entanto, remonta à consolidação dos chamados alimentos-droga que, por definição, seriam aqueles que produzem alterações da consciência e do humor, também chamados de substâncias psicoativas, produzidas de forma industrial na modernidade. Contudo, a filosofia da Grécia antiga já utilizava o consumo de álcool como uma ferramenta de educação e autoconhecimento para os cidadãos gregos. Platão, Xenofonte, Plutarco, Epicuro e tantos outros utilizavam a temperança como uma forma de “gerir todos os prazeres, especialmente o da bebida”, o equilíbrio e a moderação eram fundamentais para a construção do autocontrole.⁴¹ Diante disso, torna-se evidente que o proibicionismo, ao criminalizar a substância em si e ignorar as dimensões culturais, históricas e sociais do consumo, revela-se uma resposta simplista e limitada, frequentemente ineficaz diante da complexidade do fenômeno que pretende combater.

A partir disso, ainda que diversas substâncias tenham se consolidado como vícios ao longo da história, foi por meio de uma planta originária do Extremo Oriente que esse processo se intensificou de forma determinante. A produção em larga escala da cana-de-açúcar foi

⁴⁰ CARNEIRO, Henrique Soares. *Drogas: a história do proibicionismo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2018, p. 8

⁴¹ CARNEIRO, Henrique Soares. *As drogas e a história da humanidade*. Diálogos, v. no 2009, n. 6, 2009, p. 15

responsável pela difusão de duas drogas de enorme relevância para a economia global: o açúcar e a cachaça. Diferentemente de outras substâncias psicoativas, esses produtos carregam uma particularidade estrutural — foram produzidos sob os moldes brutais do sistema escravocrata, e sua incorporação acelerada às dietas e hábitos de consumo mundiais refletiu diretamente a exploração de negros no processo colonial.⁴² No entanto, apesar de compartilharem a mesma origem material e histórica, os destinos simbólicos do açúcar e da cachaça seguiram caminhos opostos.

O açúcar foi rapidamente transformado em um item de prestígio, símbolo de status e sofisticação entre as elites europeias e coloniais. A elitização do açúcar está diretamente ligada à sua ampla produção e à intensa comercialização internacional, que o transformaram em uma das mercadorias mais valiosas do sistema colonial. Seu alto valor de mercado e o papel central que desempenhava nas rotas comerciais atlânticas conferiam ao produto uma dimensão estratégica, associando-o não apenas ao luxo, mas ao próprio exercício do poder econômico e político.⁴³ Consumir açúcar não era apenas satisfazer um gosto, mas também afirmar status, distinção e domínio sobre a cadeia produtiva que o sustentava. Assim, o açúcar tornou-se símbolo da autoridade daqueles que controlavam sua circulação e lucravam com seu comércio global. Já a cachaça, por sua vez, teve sua trajetória marcada pela marginalização: utilizada como moeda de troca no tráfico de pessoas escravizadas e amplamente consumida entre a população negra escravizada no Brasil, passou a ser associada à pobreza, à desordem e, sobretudo, à degeneração racial.

2 - Por trás do vidro: controle, raça e exclusão

2.1 - Consumo, distinção e hierarquia social

Mas como e quais os motivos da condenação da cachaça no Brasil? Para responder é importante ressaltar que dentre as transformações orquestradas pelo prefeito da cidade, Pereira Passos, um dos objetivos era relacionado ao dilema da alta concentração crescente de indivíduos em ocupações informais. O ambiente urbano concentrava uma população que excedia às demandas reais dos setores industriais e de serviços, gerando um excedente da força de trabalho. Diante de um quadro persistente de desemprego estrutural que marcava a capital, muitos acabavam recorrendo a alternativas precárias de sobrevivência: subempregos, esmolas, atividades consideradas ilícitas ou trabalhos temporários, que constituíam as denominadas

⁴² Carneiro, Henrique. Op., cit., p. 15

⁴³ MINTZ, Sidney W. *Sweetness and Power: The Place of Sugar in Modern History*. New York: Viking, 1985

“profissões da miséria”.⁴⁴ A partir disso, com o objetivo principal de tornar a cidade um símbolo de progresso e modernização, esses serviços foram erradicados a partir de um processo de condenação municipal das moradias irregulares. Fato esse que obrigou a população a se afastar, em alguns momentos de forma agressiva e autoritária, do centro da cidade.

Entretanto, diante do crescimento exponencial da população carioca — de quase 700.000 habitantes em 1900 para 1.157.873 em 1920, um aumento de quase 70% —, o controle e a exclusão da parcela miscigenada da sociedade tornaram-se praticamente inviáveis. A consolidação de um pseudocosmopolitismo, promovido como um dos símbolos da República, foi amplamente difundida pelos ideais de modernização e urbanização do Rio de Janeiro.⁴⁵ Embora essa política municipal, alinhada aos interesses da elite, tenha reduzido parcialmente a concentração de “vadios” na cidade, a vida urbana seguia presente no imaginário popular carioca, especialmente com a intensificação da vida noturna.

Durante a primeira metade do século 19, as atividades sociais, culturais e econômicas realizadas predominantemente à noite — como frequentar bares, teatros e outros espaços de lazer urbano — eram pouco comuns. Essa escassez se devia à falta de uma iluminação pública eficaz, à insegurança nas ruas e à rigidez dos costumes sociais da época em relação à circulação noturna. Nesse contexto, a cidade parecia completamente deserta de habitantes considerados respeitáveis, nas esquinas e ruas, viam-se apenas negros e brancos de ambos os sexos, cujas aparências dificilmente despertariam interesse ou atração.⁴⁶ A partir da segunda metade do século, contudo, observa-se uma mudança nesse cenário, marcada pela ampliação da iluminação urbana — especialmente com a introdução da iluminação a gás, em 1854 —, pela construção de novos teatros, cafés e tavernas, e pela inauguração do serviço de bondes na capital. Esses elementos contribuíram para maior segurança, acesso a entretenimento e facilidade na circulação de pessoas durante a noite.⁴⁷

Pouco antes da virada do século, o Rio de Janeiro se tornaria a maior concentração de vida noturna do país, com uma grande presença de bares e botequins — na época denominados por inúmeras vezes como casas de chope. Assim, o consumo de chope, cerveja, aguardente, licor e outras bebidas, caíram no gosto carioca e assumiram uma função importante no mercado da capital. No caso da cerveja, a popularização se deveu a diversos fatores que são amplamente discutidos e apresentados pela historiadora, Teresa Marques (Marques, 2014).

⁴⁴ SEVCKENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: Tensões Sociais e a Criação Cultural na Primeira República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995, p.59

⁴⁵ Ibid, p. 51

⁴⁶ BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; EdUSP, 1980, p.63

⁴⁷ GÓIS, M. *Paisagens noturnas cariocas: formas e práticas da noite na cidade do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

A refrigeração industrial, como advento tecnológico ocorrido a partir da década de 1870, possibilitou a execução de técnicas para a produção da cerveja que conhecemos hoje e viabilizou essa produção em larga escala. Em outras palavras, seria inconcebível existir cerveja, dentre as que são consumidas no Brasil, sem a refrigeração necessária para a fermentação da bebida.⁴⁸ Dessa forma, sobretudo com o início do período republicano e das reformas urbanas no Rio de Janeiro, a cerveja passou a ser bastante consumida. Devido à falta de números claros quanto a produção da época, Marques recorreu ao médico, Hermeto Lima, que afirmou que havia cerca de 30 cervejarias em funcionamento na cidade no início do Século 20, o que indica um aumento do consumo pela população.⁴⁹ Entretanto, ainda que existisse, por parte das indústrias de cerveja, o objetivo de alcançar a venda da bebida em locais de socialização popular como carnavais e as famosas Festas da Penha, tanto a refrigeração quanto a complexidade da fermentação aumentavam o preço em comparação com outras bebidas.

Já no caso da cachaça, é indispensável voltar um pouco no tempo, mas nem por isso será necessário dedicar muitas ponderações a respeito. O cauim, bebida histórica nos rituais indígenas, foi amplamente produzido e consumido no Brasil, muita antes da chegada dos portugueses e com certeza antes da refrigeração industrial. “Os indígenas adoram alimentos líquidos. Raízes e frutas fornecem bebidas que os antigos cronistas do Século XVI e XVII afirmavam fortificantes e deliciosas, apesar da repugnância instintiva que algumas sofrem mastigação prévia para ativar a fermentação”.⁵⁰ Essa citação de Luís da Câmara Cascudo, historiador brasileiro, retrata bem parte do processo de produção de bebidas pelos indígenas e um pouco de suas características. O cauim era produzido fundamentalmente pelas mulheres através as raízes da mandioca ou dos próprios frutos, como o caju, que eram mastigadas e depois armazenadas em um recipiente com água para serem fervidas. Depois disso, eram guardadas para a fermentação e assim permaneciam durante dois ou três dias. Assim, a bebida alcoólica se tornava pronta para o consumo.

Embora os métodos de produção alcoólica já fossem conhecidos pelos povos indígenas, como evidenciado na feitura do cauim, a chegada dos colonizadores europeus trouxe novas técnicas, especialmente os processos de destilação. Essas técnicas, ainda que utilizassem alimentos semelhantes — como frutas e raízes —, permitiam a elevação significativa do teor alcoólico, resultando em bebidas muito mais potentes do que aquelas obtidas apenas pela fermentação natural. Portanto, o conhecimento do álcool não era uma novidade no território,

⁴⁸ MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. *A cerveja e a cidade do Rio de Janeiro: de 1888 ao início dos anos 1930*. Paco Editorial, 2021, p.25

⁴⁹ Ibid, p.126

⁵⁰ CASCUDO, Luís da Câmara. *História da alimentação no Brasil*. Vol. 1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967, p.135

mas a introdução da destilação pelos colonizadores transformou radicalmente a natureza e os efeitos sociais dessas bebidas.

Segundo Cascudo, o ato de beber entre os povos indígenas era uma prática que se estendia por toda a noite, marcada por danças, brincadeiras, cantos e saltos ao redor das fogueiras. Entre os efeitos dessa atividade ritualística, destacava-se a intensa e coletiva sensação de alegria, sendo raros os casos de comportamentos agressivos ou de indivíduos que se mostrassem zangados durante as festividades.⁵¹ Entretanto, ainda que o cauim já estivesse inserido no imaginário indígena, a cachaça em si, foi introduzida posteriormente no Brasil. Isso se explica pelo fato de a aguardente de cana-de-açúcar (cachaça), ser um subproduto diretamente vinculado ao cultivo e processamento da cana, planta trazida pelos colonizadores. Tal constatação também suscita uma reflexão sobre a escassez de estudos que abordem a cachaça como objeto de análise historiográfica, considerando que a maior parte das pesquisas acadêmicas tem priorizado o açúcar como tema central.

Porém, a cachaça pode assumir um protagonismo na análise historiográfica por se tratar de um elemento cultural extremamente relevante na construção da alimentação brasileira e no dia a dia da sociedade carioca. A referência mais antiga da cachaça que se tem nota é de François Pyrard de Laval, que esteve na Bahia em 1610 e descreveu alguns elementos ali encontrados, que podem ser vinculados a expansão açucareira da época. Contudo, não se sabe exatamente o momento em que a aguardente de cana passa a ser chamada de cachaça, mas o termo começa a aparecer em inúmeros documentos enviados a metrópole, como o Compêndio narrativo do peregrino da América, de Nuno Marques Pereira de 1728. Dessa forma, nota-se que o afastamento do mundo acadêmico e a demonização do consumo da cachaça provavelmente estão relacionados com o fato de essa bebida estar ligada não apenas às camadas mais baixas da sociedade, mas também ao comércio africano.⁵²

A partir desse contexto, enquanto os ricos e alguns estrangeiros consumiam vinhos portugueses e outras bebidas de difícil acesso, grupos como a população de baixa renda, negros e operários, brindavam com copos de cachaça. A preferência por determinadas bebidas foi socialmente construída ao longo do tempo e pode ser explicada por três fatores principais. O primeiro diz respeito à origem colonial da cachaça, que, embora fosse produzida localmente, era amplamente exportada em razão da abundância da matéria-prima e do baixo custo de produção. O segundo fator refere-se ao uso da cachaça como moeda de troca na compra de pessoas escravizadas e como forma de recompensa nos engenhos, o que acabou associando seu

⁵¹ Ibid, p. 136

⁵² ALGRANTI, Leila Mezan. Aguardente de cana e outras aguardentes. In, Venâncio, H.C. (org). *Álcool e drogas na história do Brasil*. Minas Gerais: Pucminas, 2005, p. 72

consumo à população negra. Ainda nesse ponto, por ser uma bebida calórica, a cachaça integrava a dieta extremamente precária dos escravizados.⁵³ O terceiro fator está ligado à desvalorização da aguardente de cana em comparação com bebidas estrangeiras, cujo alto custo de transporte e de aquisição as tornavam inacessíveis à maioria da população, sendo reservadas às elites coloniais e, posteriormente, às camadas médias urbanas que buscavam afirmar status por meio do consumo de produtos considerados “refinados”.

Assim, tanto o vinho quanto a cerveja, por exemplo, passaram a ser valorizados como bebida de bom gosto e status, enquanto a cachaça era vista como vulgar, rústica e até mesmo perigosa — associada à embriaguez descontrolada, à criminalidade e à miséria. Essa construção foi reforçada pelos discursos médicos e higienistas a favor da temperança e eugenistas no início do século 20, que condenavam o consumo da cachaça entre as camadas populares como um problema de saúde pública e degeneração moral. Para além desses elementos citados como problemas sociais, outro fator defendido tanto pelo movimento pró temperança quanto pela LBHM, são os efeitos do álcool na produtividade dos trabalhadores.

2.2 - Rendimento, disciplina e exclusão produtiva

A atuação da Liga Brasileira de Higiene Mental no combate ao alcoolismo nas primeiras décadas do século 20 revela uma preocupação que vai além da saúde individual e moral dos sujeitos: trata-se de um projeto de controle social voltado à eficiência produtiva dos trabalhadores urbanos. Inserida no contexto da modernização dos centros urbanos e da consolidação do capitalismo industrial no Brasil, a Liga incorporava os ideais higienistas e eugenistas que associavam o vício à degeneração física e mental, especialmente entre as camadas populares. O operário alcoólatra era visto não apenas como um risco sanitário ou moral, mas como um obstáculo à racionalização do trabalho e à disciplina fabril exigida pela nova lógica econômica. Assim, a repressão ao consumo de álcool entre os trabalhadores não se sustentava apenas em argumentos médicos ou científicos, mas também em interesses econômicos que visavam à maximização da produtividade e à contenção dos comportamentos considerados desviantes ou improdutivos dentro da estrutura social urbana. Considerando esse cenário, apresento um fragmento que vai auxiliar na análise do tema:

Na organização social deve haver perfeito synchronismo no esforço de todos os seus componentes, a deficiência de uns repercute sobre o conjunto, resultando d'ahi um minoramento na produção de energias uteis. Por isso a psychopathia é uma grande causa de déficit económico das nacionalidades. Além disso, a psychopatia conduz a diversos actos anti-sociais que, sem serem propriamente actos de loucura ou delictos puníveis com a prisão. (LOPES, p.168, 1925)

⁵³ Ibid, p.85

O trecho extraído de um discurso de Ernani Lopes, um importante pesquisador higienista, descreve bem um dos principais argumentos utilizados na luta contra o alcoolismo. Além da população negra, os operários inseridos no novo contexto carioca eram constantemente alvos no discurso eugenista, sempre destinando a justificativa a um problema de produtividade. Para Lopes, a psicopatia, e nesse contexto causada pela ingestão de álcool, é extremamente prejudicial para o Estado devido ao déficit causado pela não otimização de energias úteis voltadas para a produção. Apesar de ser verdadeiro que o consumo excessivo de álcool contribui para a diminuição da produtividade laboral, a análise promovida por Lopes revela uma contradição fundamental: em nenhum momento essa preocupação se dirige ao bem-estar físico, mental ou social do operário.

Assim, a citação deixa claro que o foco central não está na saúde do indivíduo, mas sim na sua funcionalidade dentro da engrenagem produtiva. A lógica que estrutura esse discurso coloca o trabalhador como peça de uma máquina coletiva, cuja falha representa um prejuízo ao sistema nacional. Nesse sentido, o combate ao alcoolismo, mais do que uma preocupação com os danos sociais ou pessoais causados pela dependência, assume um caráter instrumental, orientado pela lógica da eficiência e da ordem. Essa perspectiva ignora as condições materiais e psíquicas que levam ao vício, reforçando a ideia de que o valor do indivíduo reside exclusivamente em sua capacidade de gerar trabalho útil para a coletividade. É justamente aí que se localiza a contradição: o discurso da Liga se constrói sob o manto da ciência e da saúde pública, mas responde diretamente aos interesses da elite econômica e industrial, o trabalhador é tratado como recurso produtivo, não como sujeito de direitos.

É de extrema importância nesse ponto ressaltar também a questão racial envolvida no sistema produtivo brasileiro do período pós-abolicionista. A escolha pela mão de obra imigrante não se dava apenas por critérios econômicos, mas era fortemente orientada por uma lógica racial e eugenista que associava a branquitude à disciplina, à eficiência e à capacidade de adaptação ao trabalho organizado. Herdando a estrutura social escravocrata, os antigos senhores de engenho e os novos industriais compartilhavam a crença de que os negros, por sua trajetória histórica vinculada à escravidão, não eram aptos ao regime livre de trabalho assalariado, sendo vistos como indolentes, indisciplinados e pouco confiáveis. Já os trabalhadores brancos, por outro lado, eram considerados mais habilitados, produtivos e moralmente superiores, atributos valorizados por uma sociedade marcada pela ideologia do branqueamento. Essa lógica racializada do trabalho reforçava a exclusão sistemática da população negra dos benefícios da modernização, ao mesmo tempo em que consolidava o racismo como fundamento das relações sociais, econômicas e produtivas do período.

Essa concepção de produtividade acima do bem-estar do indivíduo se alinha com os argumentos desenvolvidos por Johann Chapoutot (Chapoutot, 2023). Em sua obra, o autor revela como o ideal de rendimento absoluto serviu de base para novas formas de dominação sob o disfarce da racionalidade técnica. Ele aponta que o modelo de produção implementado pelo regime nazista, a partir de 1939, objetificava o trabalhador, reduzindo-o à condição de recurso material ou fator de produção, sempre orientado pela valorização daqueles considerados mais fortes — os que geravam maior retorno econômico para a nação.⁵⁴ Embora esse modelo tenha sido institucionalizado durante a Segunda Guerra Mundial, sua base ideológica remonta ao cientificismo darwinista aplicado à sociedade humana. Paralelamente, o final do século 19 marcou uma nova etapa do processo de industrialização, impulsionado pelo avanço do capitalismo globalizado, que passou a valorizar de forma crescente a produtividade, a otimização do trabalho e a maximização dos lucros.

Diante disso, a eugenia desenvolvida pela Liga já no início do Século 20 aponta que a “era da perfeição mecânica que atravessamos não dispensa a perfeição dos homens”.⁵⁵ Assim, o corpo do trabalhador passa a ser compreendido como uma extensão da máquina, ou seja, deve funcionar de maneira eficiente e sem falhas. Essa concepção revela uma relação direta com a lógica produtivista analisada por Johann Chapoutot, em que a racionalização técnica do trabalho exige não apenas a obediência funcional, mas também a conformação física e mental dos indivíduos aos ideais de rendimento.

A Liga, ao aplicar princípios eugenistas sob a justificativa da higiene e da saúde pública, não visava o cuidado integral do sujeito, mas sim sua adequação a um sistema que valorizava apenas aquilo que contribuía para a ordem e a produtividade. O “aperfeiçoamento” humano, portanto, era menos uma questão de bem-estar e mais uma estratégia de controle e seleção voltada à manutenção da eficiência social e econômica. Em outras palavras, é fundamental problematizar a política temperante promovida pela Liga Brasileira de Higiene Mental, questionando em que medida ela realmente visava reduzir os efeitos nocivos do consumo excessivo de álcool sobre a coletividade. A fronteira entre uma ação voltada à saúde pública e o uso do alcoolismo como instrumento de controle, estigmatização e hierarquização social é extremamente tênue. Nesse contexto, o combate ao vício pode ter operado não apenas como medida preventiva, mas também como estratégia política para marginalizar determinados grupos sociais e reforçar estruturas de exclusão.

⁵⁴ CHAPOUTOT, Johann. *Livres para obedecer: a gestão, do nazismo aos nossos dias*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2023, p. 10

⁵⁵ LOPES, Juana. Combate ao Alcoolismo. *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 79-80, 1943. P.65

Essa perspectiva é ainda fortalecida quando se nota que já havia o entendimento da realidade social como atenuante do consumo excessivo de álcool já em 1925, como se pode observar no fragmento extraído:

E olhar de esguelha o assunto e não abordá-lo, francamente, frente a frente, pensar que o proletário moderno, uma das maiores victimas do álcool, e que em geral não ignora que esse vício é nocivo, possa evitar tais escolhas em seu caminho (...) Quando se torna inútil o operário que passa a ser esmagado por essa sociedade ou civilização que nada lhe propõe para compensar uma vida demasiadamente triste quando se vê desviado das horas de alegria e de esquecimento, que procura o álcool.⁵⁶

Para o deputado federal Panafiel, o alcoolismo representava um dos principais entraves à emancipação da classe operária. Ele acreditava que o combate ao vício não deveria vir por meio de leis repressivas ou decretos impostos de cima para baixo, mas sim a partir de uma conscientização promovida entre os próprios trabalhadores. Essa mobilização deveria ocorrer por meio da educação e coerção promovidas de forma sutil, que seriam, em sua visão, os canais mais eficazes de propagação da causa antialcoólica. O operariado, diante das longas jornadas de trabalho, da miséria cotidiana e do sofrimento psíquico, era visto como especialmente suscetível ao consumo de substâncias tóxicas, utilizadas como forma de anestesia emocional. Essa vulnerabilidade, longe de ser ignorada, era central em sua proposta de ação coletiva e pedagógica contra os efeitos do álcool.⁵⁷

Entretanto, ainda que a Liga Brasileira de Higiene Mental demonstrasse certa preocupação com as causas sociais do alcoolismo, suas propostas revelam um limite estrutural profundo. Assim, as soluções apresentadas não se orientavam pela transformação das condições materiais que geravam o vício, mas pela transformação dos corpos que fugiam ao ideal produtivo. Ao condenar o alcoolismo como entrave à eficiência econômica e à ordem urbana, a Liga incorporava um olhar seletivo, em que o vício era tolerável ou invisibilizado quando associado às elites — cujos hábitos envolviam bebidas prestigiadas, importadas e socialmente aceitas —, mas inaceitável quando manifestado entre trabalhadores e pobres. A crítica ao álcool, nesses termos, não era um combate ao sofrimento social, mas à sua expressão inconveniente nas classes subalternas. E é justamente por isso que a bebida condenada não era em muitos momentos o vinho ou a cerveja, mas o líquido bruto, acessível e popular que circulava nas canecas dos operários: a cachaça.

⁵⁶ Contra o alcoolismo: em favor da hygidez mental. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1925, p.149

⁵⁷ TAMANO, Luana Tieko Omena. *A campanha antialcoólica da Liga Brasileira de Higiene Mental. Revista de História*, São Paulo, n. 181, p. 1–33, 2022, p. 28

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso deste trabalho permitiu vislumbrar como a cachaça foi elevada à condição de bode expiatório moral de uma sociedade em processo de modernização excludente. Mais do que uma bebida, ela tornou-se metáfora nacional de tudo aquilo que se desejava negar ou eliminar: a negritude, a pobreza, a informalidade, o excesso, o prazer popular e o desvio à norma burguesa e branca. A construção simbólica da cachaça como veneno social serviu não apenas à pauta higienista ou à campanha de temperança, mas à reprodução de uma ordem racializada e hierárquica, que encontrava no discurso da ciência — e na retórica da degeneração — os alicerces para legitimar sua exclusão.

Ao trazer Sueli Carneiro como referencial central, este trabalho se afasta de leituras que tomam a racialização como efeito colateral do proibicionismo. Pelo contrário, ao assumir o “dispositivo de racialidade” como lente de análise, fica evidente que a moralização do consumo popular — especialmente o de bebidas como a cachaça — foi pensada como mecanismo ativo de diferenciação e exclusão. Trata-se de um poder que opera de forma difusa, capilar, atravessando discursos médicos, religiosos, legislativos e até mesmo afetivos, para naturalizar a inferioridade e a indignidade de determinados corpos.

Em diálogo com Nancy Stepan, foi possível perceber como a ciência brasileira da Primeira República assimilou a eugenia não como transposição literal de modelos estrangeiros, mas como adaptação ideológica aos seus próprios impasses raciais e sociais. Se por um lado faltavam departamentos científicos formalizados, por outro, sobravam anseios de disciplinar o corpo social através de uma ciência de aparência neutra e linguagem sofisticada. A cachaça, nesse contexto, funcionou como marcador de “inadequação” dos pobres à modernidade, reforçando um projeto de país que se pretendia branco, produtivo e silencioso.

A distinção feita entre bebidas ilustra essa política da aparência: enquanto o vinho e a cerveja se revestiam de europeísmo, frescor e sofisticação, a cachaça era apresentada como o avesso da civilização, embora todas compartilhassem, essencialmente, a mesma substância, apesar de diferentes origens.⁵⁸ O problema, portanto, nunca foi o álcool em si, mas o corpo que o carregava, o gesto que o celebrava, a rua onde se brindava. Repressão seletiva, hierarquia líquida: o que se perseguia era menos o copo e mais a mão que o erguia. Esse filtro moral da embriaguez, como observamos, produziu não apenas estigmas, mas políticas públicas, legislações e silenciamentos.

Ao resgatar o papel da cachaça como símbolo da resistência popular, da convivialidade

⁵⁸ A mesma substância no que diz respeito a presença de inebriantes. Cabe ressaltar que as três variedades de bebida apresentam diferentes teores alcoólicos. Há cervejas bastantes alcoólicas, mas a aguardente tem o maior teor. A cachaça é derivada da cana-de-açúcar, o vinho derivado da uva e a cerveja derivada de cereais.

periférica e da memória negra, este trabalho busca deslocá-la da vitrine do proibicionismo para recolocá-la como objeto histórico pleno, dotado de agência, sentidos e contradições. Se a bebida foi demonizada como sintoma de atraso, é justamente por sua densidade cultural e seu poder de congregação que ela incomodava. Reabilitar a cachaça como chave analítica — e não como desvio — é um gesto que rompe com a tradição historiográfica que preferiu tratá-la como nota de rodapé da história da alimentação, quando, na verdade, ela esteve no centro das disputas por pertencimento e cidadania.

Encerrar este trabalho, portanto, é afirmar que a cachaça não é um detalhe folclórico da história brasileira, mas uma lente através da qual se pode ler com nitidez os dispositivos de exclusão que estruturaram a modernidade nacional. Sueli Carneiro nos lembra que a racialidade é um eixo constitutivo da nossa organização social — e não um acidente. Retomar a cachaça sob essa chave é mais do que um exercício de memória: é uma forma de recusar o esquecimento politicamente produzido e de recolocar no centro da narrativa os sujeitos historicamente silenciados. Em cada gole condenado, havia um gesto de liberdade, uma afirmação de presença e um corpo insubmissos — que, apesar de tudo, segue brindando à vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Corpus Documental

- ALMEIDA, Waldemar de. A bebida alcoólica como fator antissocial. *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, 1943.
- BOLETIM DE EUGENIA. Rio de Janeiro: [s.n.], ano 1, n. 1, mar. 1929.
- CALDAS, Mirandolino. As nossas campanhas. *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 57-60, 1929.
- CONTRA o alcoolismo: em favor da hygidez mental. *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 147-152, 1925.
- Estatuto da Liga Brasileira de Hygiene Mental. *Arquivos Brasileiros de Hygiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 223-234, 1925.
- LOPES, E. Bibliographia brasileira do alcoolismo. *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, v. 1, n. 1, p. 161-166, 1925a.
- LOPES, Juana. Combate ao Alcoolismo. *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 79-80, 1943.
- O MALHO: semanario de humor artistico e litterario. Rio de Janeiro: Typ. d'A Tribuna, 1902-1954.

Bibliografia

- ALGRANTI, Leila Mezan. Aguardente de cana e outras aguardentes. In: VENÂNCIO, H.C. (org.). *Álcool e drogas na história do Brasil*. Minas Gerais: Pucminas, 2005, p. 71-92.
- BALMER, Brian. Intelligence, Ignorance, and Diplomacy in the Cold War. *History and*

- Technology*, v. 31, n. 2, p. 161-175, 2015.
- BOARGES, Valdeci Rezende. Em busca do mundo exterior: sociabilidade no Rio de Machado de Assis. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 28, p. 49-69, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; EdUSP, 1980.
- CARNEIRO, Henrique Soares. *As drogas e a história da humanidade*. *Diálogos*, v. 6, 2009, p. 14-15.
- CARNEIRO, Henrique Soares. *Bebida, abstinência e temperança na história antiga e moderna*. São Paulo: Senac, 2010.
- CARNEIRO, Henrique Soares. *Drogas: a história do proibicionismo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.
- CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *História da alimentação no Brasil*. Vol. 1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- CHAPOUTOT, Johann. *Livres para obedecer: a gestão, do nazismo aos nossos dias*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2023.
- CURTO, José C. *Álcool e escravos: o comércio luso-brasileiro do álcool em Mpinda, Luanda e Benguela durante o tráfico atlântico de escravos (c. 1480-1830) e o seu impacto nas sociedades da África Central Ocidental*. Lisboa: Vulgata, 2002.
- DIWAN, Pietra. *Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2007.
- ENGEL, Magali Gouveia. Educação, sanitarismo e eugenia: o negro e a construção da identidade nacional nos debates científicos da Primeira República (1889-1930). In: ABREU, Martha; VIANNA DANTAS, Carolina; MATTOS, Hebe (Org.). *Histórias do pós-abolição no mundo Atlântico: identidades e projetos políticos*. Niterói: Editora da UFF, 2014. p. 47-62.
- FAGGION, Melline Ortega; BOARINI, Maria Lucia. A Psicologia pela lente de Renato Kehl. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 1239–1256, 2018.
- FLORES, Maria Bernadete Ramos. O mito de Caliban na interpretação do Brasil: acerca do americanismo na República Velha brasileira. *Diálogos Latinoamericanos*, Aarhus, v. 6, n. 11, p. 22, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- GÓIS, M. *Paisagens noturnas cariocas: formas e práticas da noite na cidade do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- JACINO, Ramatis; GOES, Weber Lopes. Segregação ou miscigenação: os dilemas da eugenia no Brasil nas primeiras décadas do Século XX. *Revista Aurora*, Marília, SP, v. 15, n. 1, p. 131–154, 2022.

- KEVLES, Daniel J. *In the name of eugenics: genetics and the uses of human heredity*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1985.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. “A multidão é louca, a multidão é mulher”: a demofobia oligárquico-federativa da Primeira República e o tema da mudança da capital. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 1491-1514.
- MAI, Lilian Denise; ANGERAMI, Emilia Luigia Saporiti. Eugenia negativa e positiva: significados e contradições. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 14, n. 2, p. 251–258.
- MALLMANN, Marcela Cockell. *Pelos Becos e pela Avenida da Belle Époque Carioca*. São Gonçalo: Soletras, nº 20, p. 105-118, jul/dez. 2010.
- MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. *A cerveja e a cidade do Rio de Janeiro: de 1888 ao início dos anos 1930*. Jundiaí: Paco Editorial; Editora da Universidade de Brasília, 2014.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- MILLS, Charles W. *O contrato racial*. Tradução de João Costa. São Paulo: Jandaíra, 2022.
- MINTZ, Sidney W. *Sweetness and Power: The Place of Sugar in Modern History*. New York: Viking, 1985.
- SEVCKENKO, Nicolau. Literatura como Missão: Tensões Sociais e a Criação Cultural na Primeira República. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995, p.59
- SOUZA, Ricardo Luiz de. Cachaça, vinho, cerveja: da Colônia ao século XX. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 33, p. 56–75, jan./jun. 2004.
- TAMANO, Luana Tieko Omena. *A campanha antialcoólica da Liga Brasileira de Higiene Mental*. *Revista de História*, São Paulo, n. 181, p. 1–33, 2022